

# POLÍTICOS DE MENORIDADE

## E

# POLÍTICA DE INFANTILIDADE

«Nós vivemos num país de inutilidade pública, inutilidade pública que custa caríssimo e que afinal, agora, querem que continue a proliferar (...)».

(Francisco Sá Carneiro, Comício, 1978)

«O meu sentimento? Define-se numa palavra: responsabilidade».

(Francisco Sá Carneiro, Imprensa, 1979)

«O país real quer coisas práticas, ver as questões resolvidas com pragmatismo e eficácia. Quer o fim da total instabilidade que se verifica há uns anos na sociedade portuguesa». (Francisco Sá Carneiro, Imprensa, 1979)

«A política sem risco é uma chatice, mas sem ética é uma vergonha».

(Francisco Sá Carneiro, 1934-1980, Estadista)

Caiu o XXIV Governo Constitucional da República Portuguesa, nomeado e empossado pelo Senhor Presidente da República com base nos resultados das eleições legislativas de 2024. Em 21 de março de 2024, o Presidente Marcelo Rebelo de Sousa, indigitou Luís Montenegro como Primeiro-Ministro de Portugal. Menos de um ano depois, o Governo cai por causa e na sequência de artificialismos de oportunidade e de irresponsabilidade política nacional.

Tragicomédia «starring» políticos de pacotilha, sem vergonha, que vivem numa bolha de maledicência, alheados da luta diária de ter de meter comida na mesa, sempre à espreita de uma janela de oportunidade para afirmar egos, interesses pessoais e partidários, mostrar ódios de estimação, esquecido o país e relegada a decência política.

Os actores, oposição, PS, Pedro Nuno, Chega, Ventura, Montenegro, PSD, Governo e partidos políticos, esquerda e direita digladiantes, desempenharam papéis sofríveis de minoridade e baixa política – a política da infantilidade e da infantilização –

Mais, com o empolamento de um caso (não caso) que poderia e deveria ter sido morto logo à nascença, com um oportunista e imaturo líder da oposição insaciável nas perguntas, insatisfeito nas explicações, repetente nas dúvidas multiplicantes, a sonhar e a salivar com o lugar de Primeiro-Ministro e com o regresso da mão do punho fechado ao poder.

Mais, com um Primeiro-Ministro poupadinho nas palavras, a enrolar, a jogar à defesa e reactivo (em vez de pró-activo), com perda de autoridade política, a deixar-se queimar em lume brando e a pôr-se a jeito, com a cama feita e ofertada em bandeja.

Mais, com um Presidente da República tagarela, como sempre a falar demais. Anacrónico, a traçar cenários fora de tempo, a ajudar e a dar um empurrãozinho para a consumação da crise inútil e dispensável, mesmo que involuntário.

Mais, com toda a esquerdofilia a trote rasgado e com um brilhoso nos olhos, passando rapidamente do passo ordinário para a cavalgada política. A esquerda política gosta do poleiro, sempre desgoverna, e sempre vasculha no lamaçal à procura, indo até à devassa pessoal e familiar. Mais a direita «chegana», ruidosa, com bitaites e «sound bites», frases de efeito tóxico, de envenenamento político. Esquerdopatia e direitopatia radical, em unísono, a alimentarem suspeições.

Montenegro, é pena não ter sido mais transparente, não ter alienado a empresa familiar, ter sido-estado hesitante, até porque o seu governo e ele próprio estavam a fazer um bom trabalho e a resolver vários problemas sociais e sócio-profissionais deixados em legado pelo socialismo negacionista. Nas várias áreas da sociedade portuguesa, mas trazendo nós aqui à colação, o facto de, no que aos educadores e professores de Portugal diz respeito, passada quase uma vintena de anos, de Sócrates a Maria de Lurdes Rodrigues, de Passos Coelho a Nuno Crato, de António Costa a Tiago Brandão Rodrigues e de novo de António Costa a João Costa, todos os governos e ministros da Educação terem falhado clamorosamente com o professorado; embora a dupla Passos-Crato tenha tido a atenuante da «troika». Todos passaram sem história e sem obra feita, com tutelas de falhanço. «Foi fatal não confiar nos professores» (Paulo Prudêncio).

Fernando Alexandre, actual ministro do ME(CI) do governo montenegrino, vai deixar uma marca positiva, sendo um interlocutor que respeitou os docentes, que brilhou porque dialogou, negociou, consertou e acordou com os professores, os sindicatos e o sindicalismo-dirigismo de proposição. Soube ouvir (remete ao sentido da audição) e escutar (que corresponde ao acto intelectual de ouvir com atenção, de compreender e processar a informação e a realidade internamente; houve comunicação com os professores e com as organizações sindicais, blogues e todo o tipo de contributos, colaboração e iniciativas, que tiveram-têm o mérito maior). Se não o tivesse feito seria mais um ministro da Educação falhado. Mais, Alexandre e a equipa ministerial do ME(CI) souberam estar à altura positiva do desafio-problema e vingaram porque ouviram a classe docente, aprenderam com a luta e revolta dos professores por justiça, verdade, juízo e respeito pela meritória, digna e incansável jornada do professorado e organizações sindicais pela recuperação integral do tempo de serviço congelado (RITS), um novo diploma e sensibilidade humana para a problemática da mobilidade por doença (MPD), e outras matérias-diplomas que a seguir

detalhamos; o Governo aprovou e o Presidente da República promulgou os seguintes diplomas do Governo:

– Diploma que altera os regimes de gestão e recrutamento do pessoal docente dos ensinos básico e secundário e de técnicos especializados para formação, [diploma] de recuperação do tempo de serviço dos educadores de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário e o [diploma] do concurso externo extraordinário de selecção e de recrutamento do pessoal docente e que cria o apoio extraordinário e temporário à deslocação para docentes, alterando os Decretos-Leis [segundo a regra de formação dos plurais, numa palavra composta formada por dois nomes, ambos tomam a forma plural] n.ºs 32-A/2023, de 8 de maio, 48-B/2024, de 25 de julho, e 57-A/2024, de 13 de setembro – Ficando a faltar apenas a publicação (agilizar) em Diário da República.

Donde, para a educação, ensino, escolas, professores e educadores, este governo ter caído é nefasto porque vai atrasar o bom trabalho e interlocução-interacção do processo negocial em curso que estava a ser produzido, e em agendamento, nomeadamente a revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD).

E assim se vão queimar mais uns milhões de euros numas eleições desnecessárias, que nenhum dos protagonistas políticos quer, tem medo, e que vão deixar tudo mais ou menos na mesma. O PSD-AD descem qualquer coisa; o PS sobe qualquer coisa; o Chega vai descer uns pontitos percentuais; Bloco e PCP vão afundando. Mais a possibilidade dos restantes partidos agruparem à esquerda e à direita, ou mesmo a desaparecerem da configuração-bancadas da Assembleia da República, com a formação de dois blocos ideológicos distintos e antagónicos – a certeza certa é um governo minoritário – com perda de tempo, desperdício do erário público e provável nível de abstenção alto.

Vamos assistir a uma campanha política miserável e de miséria, de chicana política plasmada *ad hominem*, com ataques pessoais à honra, bom nome e honorabilidade, à mistura com muita lama, «novas descobertas», de um parlamento pantanoso, com gente ociosa, ocupada com hipotéticos cenários de dança das cadeiras – e o país adiado – para ficar tudo mais ou menos na mesma.

Ai povo, povo, acordai povo!

Esclarecendo: se sou pela transparência política? Em absoluto! Não dou é para estes peditórios do pouquinho político, da insanidade, leviandade e ligeireza política com que se derruba um Governo, do aproveitamento político e de águas inquinadas da Casa da Democracia e da «*Res publica*». Os políticos portugueses, em parte, são artistas na arte de deturpar, encenar, dramatizar, conspurcar, criar factos políticos, de acusar acriticamente, de alienar o povo com circo político – na política de espojados na lama – do quanto pior melhor.

Esquerda e direita andaram mal, mesmo muito mal. A Montenegro, fica a lição e o recado de que à mulher de César não basta ser e sê-lo, tem mesmo de parecer

e parecê-lo. E assim fica o país parado e a patinar mais uns meses, estando nós ainda longe do epílogo da chafurdice e do canto do cisne, que acontecerá lá por volta das conclusões inquisitoriais da comissão parlamentar de inquérito.

Entretanto, o dano está feito, a dúvida paira no ar, a desconfiança reina e o «assassinato de carácter» acena. Porca política, «veleidade simplória de inocência», e porco oportunismo político. Sim, nós sabemos que a questão até pode ser (i)legal; mas, a ética senhor e a (a)ética. Donde, as areias movediças movem-se com sofisma e «rater», do politicamente (in)correcto ao eticamente (in)decente, do moralmente (ir)reprovável ao pugilato político de oportunidade da hipotética mentira à inocência e dignidade humana – a História julgará – em política não pode haver tentações, a axiologia é baixa, o melindre é máximo, a nobreza humana vai falhando e em mínimos com irresponsabilidade cumulativa excelsa. Do Povo e da Democracia pouco importa!

A «mixórdia política» tem de acabar em Portugal. É que corremos o sério risco de ir afastando os melhores e sérios da política, paulatinamente, corrosivamente e inexoravelmente. Devassa privada não, obrigado. Bem faz Passos Coelho em não querer voltar, mas fazendo falta. Ser político é ter estaleca de homem de Estado, o que vai rareando. Basta atentar nas lideranças partidárias lusas (...) minha nossa senhora – tanta garotice e tanto umbigo – e *alter ego*, o outro eu.

O Governo caiu por causa de uma crise de confiança política da oposição e por causa de um Primeiro-Ministro teimoso em não se explicar em devido tempo, embora para a vacuidade socialista e de esquerda sejam sempre poucas e não esclarecedoras as explicações, pouco ou mesmo nada satisfatórias, atendendo ao objectivo supremo de desgaste prematuro e derrube do governo montenegrino – e como diz o sábio povo, «a oportunidade faz o ladrão» – cometendo Montenegro um erro de análise política e Pedro Nuno com a «entourage» socialista e toda a esquerda, mais a direita «chegana», a não largarem o «osso suculento».

A manifesta realidade de um populismo abjecto, manipulador da opinião pública, de falta de políticas de compromisso e de longo prazo, de priorização do imediatismo político trauliteiro, de nojo, repulsa e vômito, e em detrimento de soluções estruturais para o país, a parar e patinar por mais uns meses, com políticos que não se respeitam nem respeitam a presunção de inocência, falhos da ética e da nobreza políticas, preocupados com clientelas e aparelhos partidários e nada, mesmo nada preocupados com Portugal. Com o foco e o enfoque no acessório, e relativizando o essencial, incapazes de consensos, bom-senso, boa-fé e resolução dos problemas. De ineficiência e falta de transparência, de corrupção mental acusatória, de não assertividade do contraditório, de superficialidade política na gestão da crise, e no «passa culpas» infantil – com muito ruído, dramatismo e dramatização política, à mistura –

Donde, esta crise política «fabricada» por acusadores e acusado, de exomutilação e auto-vitimização, mostrar à sociedade tudo o que não deve ser a acção política, ao priorizar os interesses particulares em detrimento do superior interesse público nacional. Fica a lição óbvia: em abstracto, a política não é compatível com nepotismo, corrupção, favoritismo, alocação de recursos e meios públicos de todos nós (mas só para alguns), de influências, com todo o bloco central a ter telhados de vidro, e com o radicalismo parlamentar e *circus* mediático a tomarem partido, a politizar, a esquecer a isenção de informar, a ajudar à festa – Portugal perdendo – e a insânia ganhando, perigosidade e erro muito perigoso, para mais num mundo «trumpista», de instabilidade, volatilidade, de convulsão errática, sobre o qual paira o espectro da terceira guerra mundial, «putinizada» e «euro» alimentada, de semblante demonizado.

Tresanda a ridículo e podridão, cinismo e hipocrisia, sendo por isso que os senhores políticos que nos (des)governam devem higienizar a política e aprender com homens de Estado:

«Os portugueses estão ansiosos por que se deixem os governantes de debate ideológico, de grandes discursos, para se aterem ao exercício singelo e discreto da sua função: trabalhar para resolver os problemas das pessoas, os problemas da nação». (Francisco Sá Carneiro, Assembleia da República, 1980)

Obrigado.

Disse.

Professor do Agrupamento de Escolas n.º 1 de Beja.

O autor escreve sem aplicação do novo Acordo Ortográfico.

**Carlos Calixto**